SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Nacional On-line

Nesta edição 10 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 4 de maio de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO
Indústria recua e PIB deve ser revisado 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
Indústria recebe 46% de todos os recursos injetados no Brasil 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO
Indústria joga previsão de recuperação para o 2º semestre 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO
Coutinho pede para empresário investir na África 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO
Desaceleração da indústria afeta receita de ICMS..... 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO
Redução de IPI começa a fazer efeito.....10
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO
Indústria recua, e analistas já reveem PIB.....11
VEICULAÇÃO NACIONAL

GAZETA DO POVO
Indústria tem pior trimestre desde 2009.....13
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
O peso de uma herança.....14
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
Custo social da desindustrialização.....15
VEICULAÇÃO NACIONAL

SUFRAMA
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Indústria recua e PIB deve ser revisado

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Daniela Amorim

Denise Abarca

Queda de 0,5% em março mostra que a esperada retomada da atividade ainda não aconteceu mesmo com ciclo de cortes nos juros

Depois de uma breve recupera- ção em fevereiro, a **produção** da indústria nacional voltou a cair em março (-0,5%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado comprova que a tão esperada retomada da atividade ainda não aconteceu, apesar dos incentivos do governo e do ciclo de redução na taxa básica de juros iniciado em agosto do ano passado.

Apenas no primeiro trimestre de 2012, a indústria já acumula uma perda de 3,0%. O desempenho negativo traz uma perspectiva ruim para o Produto Interno Bruto (**PIB**) e deve levar a uma onda de revisões nas expectativas de crescimento não só para o período entre janeiro e março, mas também para 2012.

"A Pesquisa Industrial Mensal coloca um viés de baixa para o **PIB** do primeiro trimestre", disse a economista-chefe do Bank of New York Mellon ARX Investimentos, Solange Srour, que deve rever a estimativa de alta de 0,7% para o **PIB** do período. "Possivelmente, mais perto de algo entre 0,5% e 0,6%." No Banco M. Safra, o economista Marcelo Fonseca rebaixou de 0,8% para algo entre 0,5% e 0,6% a previsão para o **PIB** do primeiro trimestre, e de 3,2% para 2,9% a expectativa de crescimento parao ano. "A recuperação é bem mais lentado que se antecipava e os primeiros indicadores de abril mostram que não está havendo melhora substancial", justificou Fonseca.

Incertezas. O desempenho desfavorávelda indústria no início de 2012 é causado não apenas pela falta de competitividade, mas também pelas incertezas do cenário externo, segundo o Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi). "Além disso, a desaceleração da economia brasileira é outro fator que está inibindo uma possível retomada das atividades produtivas da indústria", avaliou o Iedi. "A recuperação provavelmente ficará para o segundo semestre." Em março, a redução na **produção** de bens intermediários (-0,9%) ede semienão duráveis (-0,8%) puxou a queda. "São as categorias mais pesadas, respondem por 80% da atividade industrial", explicou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

Na outra direção, a **produção** de bens de capital (3,8%) e de bens duráveis (3,4%) evitou uma queda maior na indústria nacional, mas o saldo positivo dessas duas categorias foi impulsionado pela recuperação de parte das perdas da atividade de veículos automotores, com caminhões impulsionando a **produção** de bens de capital, e os automóveis a de duráveis.

"Você tem uma retomada de **produção** deveículos automotores em março, mas em patamar ainda abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior", ressaltou Macedo.

Como resultado,na comparação com março de 2011, houve queda de 5,7% nos bens de capital, e um recuo de 4,7% na fabricação de bens duráveis.

A **produção** de veículos automotores recuou 7,5% no período, o que puxou a redução de 2,1% na **produção** da indústria nacional.

Nos próximos meses, a tendência ainda é de queda, na avaliação do professor Emerson Marçal, da Escola de Economia da FGV-SP. "Os cortes de juros podem gerar efeitos positivos sobre a atividade ao longo do ano. Enquanto isso não ocorrer, a **produção** industrial pode continuar caindo. Alguns setores industriais podem reduzir ritmo de contratações ou até mesmo demitir", alertou o professor.

Pessimismo

MARCELO FONSECA BANCO M. SAFRA

"A recuperação é bem mais lenta do que se antecipava e os primeiro indicadores de abril mostram que não está havendo melhora substancial."

EMERSON MARÇAL ESCOLA DE ECONOMIA DA FGV

"Os cortes de juros podem gerar efeitos positivos sobre a atividade ao longo do ano. Enquanto isso não ocorrer, a **produção** industrial pode continuar caindo. Alguns setores industriais podem reduzir ritmo de contratações ou até mesmo demitir."

VEÍCULO
DCI - **COMÉRCIO**, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

EDITORIA

TÍTULO
Indústria recebe 46% de todos os recursos injetados no Brasil

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

SÃO PAULO

O Brasil foi o país da América Latina que mais recebeu investimento estrangeiro direto (IED) em 2011. De acordo com estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgado ontem, do montante de R$ US$ 66,6 bilhões - valor 37,4% maior do que o registrado em 2010 -, 46% foi para o setor industrial, com destaque para a metalurgia, com o direcionamento de US$ 7,8 bilhões.

Além de metalurgia, indústria de alimentos e bebidas (com mais de US$ 5 bilhões cada); de combustível, automotivo e de cimento e produtos químicos, eletrônicos e plásticos (com investimento de US$ 1 bilhão cada), também foram destaques no Brasil, informou a Cepal.

Com relação a serviços, o fluxo de IED para o setor atingiu 44% do total recebido pelo País, graças ao **comércio** e ao investimento no setor das telecomunicações.

O estudo do Cepal mostrou que os maiores investidores no **Brasil** vieram da Europa, em especial com recursos originados da Holanda, Espanha e França. Estes países responderam por 64,4% dos fluxos totais de IED no ano passado.

Em seguida, as companhias asiáticas, lideradas pelos japoneses, foram as que mais investiram no País, ao atingir 13,6% desses fluxos de capitais. Estados Unidos e Canadá responderam por 10,4% das fontes de investimento, enquanto os latinos contribuíram com 5,1%.

Para o professor do curso de Administração das Faculdades Integradas Rio Branco, Carlos Eduardo Stempniewski, esse cenário deve mudar este ano. "Dificilmente a América Latina vai conseguir alcançar ou superar os US$ 153,4 bilhões [de IED] recebidos pela região [em todo o ano de 2011]. Acredito que será metade disso", diz.

Por outro lado, ele comenta que o **Brasil** vai continuar a ser favorito, com participação de 40% desse total da América Latina, mas com uma entrada menor de recursos, por conta da crise, principalmente dos países Europeus. "Além disso, muitos dos investimentos foram para a construção de fábricas. E quando isso terminar, os ingressos servirão apenas para manutenção", diz.

Ivan Monteiro, vice-presidente de Gestão Financeira e de Relação com Investidores do Banco do **Brasil** (BB), disse que a queda observada desde o final do ano passados vinda da Europa é compensada com países asiáticos e sul-americanos. "Funding vai ser um desafio, mas virá um credito mais estável para investimentos. É nítido que o **Brasil** está em um novo patamar, caminhando para o nível A. Para bancos, isto é acesso a um **mercado** extraordinário, como o Japão, que substitui a Europa", analisa.

O professor concorda que há interesse no Brasil, mas como os asiáticos "não são investidores tradicionais" e ainda há dificuldade econômica em alguns países desse continente, essa fonte de recurso não deve fazer com que alcance o patamar de 2011.

De acordo com os últimos dados do Banco Central (BC), no primeiro trimestre deste ano o **Brasil** recebeu US$ 12,6 bilhões, queda de 11,45% comparado ao registrado no mesmo período de 2011. Deste valor, Luxemburgo representou 21,9%, ou US$ 2,7 bilhões. No acumulado de 2011, a participação foi de 2,7% do total do ano (US$ 69,5 bilhões). Em segundo lugar vem dos países baixos, com 14,2%, ou US$ 1,7 bilhão. Seguido por Estados Unidos, com 12,6% (US$ 1,5 bilhão). No caso do Japão, o sétimo desse ranking, os recursos desse país, ao somar US$ 491 milhões no primeiro trimestre, representaram 3,9% do total recebido no mesmo período. Comparado aos primeiros três meses de 2011, houve alta de 203%. Em todo o ano passado, os investimentos do Japão foram de US$ 7,5 bilhão, o que representou 10,8% do acumulado.

A previsão do BC é de que o **Brasil** receba, em 2012, um total de US$ 69,4 bilhões em recursos de outros países. Se confirmado, esse patamar será 40,58% menor do que o observado em 2011 (US$ 116,8 bilhões).

Outros destaques

Além do Brasil, México também mostrou ser um país bastante atrativo, ao registrar entrada de US$ 19,4 bilhões. Chile (com US$ 17,2 bilhões), Colômbia (com US$ 13,2 bilhões) e (US$ 7,6 bilhões) também se destacaram no estudo da Cepal.

A secretária-executiva da Comissão, Alicia Bárcena, explicou que o desempenho recente do investimento produtivo "se deve fundamentalmente aos **mercado**s internos dos países da região". "O dinamismo dos **mercado**s internos e o preços das matérias-primas justificam o aumento do IED", disse.

SÃO PAULO

O **Brasil** foi o país da América Latina que mais recebeu investimento estrangeiro direto (IED) em 2011. De acordo com estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgado ontem, do montante de R$ US$ 66,6 bilhões - valor 37,4% maior do que o registrado em 2010 -, 46% foi para o setor industrial, com destaque para a metalurgia, com o direcionamento de US$ 7,8 bilhões.

Além de metalurgia, indústria de alimentos e bebidas (com mais de US$ 5 bilhões cada); de combustível, automotivo e de cimento e produtos químicos, eletrônicos e plásticos (com investimento de US$ 1 bilhão cada), também foram destaques no Brasil, informou a Cepal.

Com relação a serviços, o fluxo de IED para o setor atingiu 44% do total recebido pelo País, graças ao **comércio** e ao investimento no setor das telecomunicações.

O estudo do Cepal mostrou que os maiores investidores no **Brasil** vieram da Europa, em especial com recursos originados da Holanda, Espanha e França. Estes países responderam por 64,4% dos fluxos totais de IED no ano passado.

Em seguida, as companhias asiáticas, lideradas pelos japoneses, foram as que mais investiram no País, ao atingir 13,6% desses fluxos de capitais. Estados Unidos e Canadá responderam por 10,4% das fontes de investimento, enquanto os latinos contribuíram com 5,1%.

Para o professor do curso de Administração das Faculdades Integradas Rio Branco, Carlos Eduardo Stempniewski, esse cenário deve mudar este ano. "Dificilmente a América Latina vai conseguir alcançar ou superar os US$ 153,4 bilhões [de IED] recebidos pela região [em todo o ano de 2011]. Acredito que será metade disso", diz.

Por outro lado, ele comenta que o **Brasil** vai continuar a ser favorito, com participação de 40% desse total da América Latina, mas com uma entrada menor de recursos, por conta da crise, principalmente dos países Europeus. "Além disso, muitos dos investimentos foram para a construção de fábricas. E quando isso terminar, os ingressos servirão apenas para manutenção", diz.

Ivan Monteiro, vice-presidente de Gestão Financeira e de Relação com Investidores do Banco do **Brasil** (BB), disse que a queda observada desde o final do ano passados vinda da Europa é compensada com países asiáticos e sul-americanos. "Funding vai ser um desafio, mas virá um credito mais estável para investimentos. É nítido que o **Brasil** está em um novo patamar, caminhando para o nível A. Para bancos, isto é acesso a um **mercado** extraordinário, como o Japão, que substitui a Europa", analisa.

O professor concorda que há interesse no Brasil, mas como os asiáticos "não são investidores tradicionais" e ainda há dificuldade econômica em alguns países desse continente, essa fonte de recurso não deve fazer com que alcance o patamar de 2011.

De acordo com os últimos dados do Banco Central (BC), no primeiro trimestre deste ano o **Brasil** recebeu US$ 12,6 bilhões, queda de 11,45% comparado ao registrado no mesmo período de 2011. Deste valor, Luxemburgo representou 21,9%, ou US$ 2,7 bilhões. No acumulado de 2011, a participação foi de 2,7% do total do ano (US$ 69,5 bilhões). Em segundo lugar vem dos países baixos, com 14,2%, ou US$ 1,7 bilhão. Seguido por Estados Unidos, com 12,6% (US$ 1,5 bilhão). No caso do Japão, o sétimo desse ranking, os recursos desse país, ao somar US$ 491 milhões no primeiro trimestre, representaram 3,9% do total recebido no mesmo período. Comparado aos primeiros três meses de 2011, houve alta de 203%. Em todo o ano passado, os investimentos do Japão foram de US$ 7,5 bilhão, o que representou 10,8% do acumulado.

A previsão do BC é de que o **Brasil** receba, em 2012, um total de US$ 69,4 bilhões em recursos de outros

países. Se confirmado, esse patamar será 40,58% menor do que o observado em 2011 (US$ 116,8 bilhões).

Outros destaques

Além do Brasil, México também mostrou ser um país bastante atrativo, ao registrar entrada de US$ 19,4 bilhões. Chile (com US$ 17,2 bilhões), Colômbia (com US$ 13,2 bilhões) e (US$ 7,6 bilhões) também se destacaram no estudo da Cepal.

A secretária-executiva da Comissão, Alicia Bárcena, explicou que o desempenho recente do investimento produtivo "se deve fundamentalmente aos **mercado**s internos dos países da região". "O dinamismo dos **mercado**s internos e o preços das matérias-primas justificam o aumento do IED", disse.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO

Indústria joga previsão de recuperação para o 2° semestre

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Carlos Giffoni e Rodrigo Pedroso | De São Paulo

A recuperação da produção industrial deve ficar para o segundo semestre deste ano, na avaliação de associações setoriais consultadas pelo Valor. O fraco desempenho da atividade registrado em março deste ano, que fechou o trimestre com uma queda de 3%, na comparação com igual período de 2011, não começou a ser revertido em abril. A aposta é que a partir de julho as medidas de incentivo à produção anunciadas pelo governo, como a desoneração da folha de pagamentos, junto com a queda da Selic e o câmbio em um patamar acima de R$ 1,90 se reflitam em aumento da produção.

O desempenho decepcionante do setor eletroeletrônico em março surpreendeu a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), que esperava crescimento. A **produção** de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações caiu 6,9% em relação a fevereiro deste ano, com ajuste sazonal. Já no subsetor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, a queda foi de 0,8% na mesma comparação.

As medidas de incentivo à indústria do governo ainda não surtiram efeito, diz Luiz Cezar Rochel, gerente de economia da Abinee. Acredito que, a partir do segundo semestre, a **produção** melhore e mude essa tendência de queda, principalmente em função das medidas de estímulo e considerando uma melhoria na taxa de câmbio, desde que ela flutue acima de R$ 1,90.

Para Rochel, chama atenção o fato de a **produção** diminuir enquanto o faturamento do setor aumenta. O número de março ainda não foi fechado, mas a expectativa é que se fature cerca de 5% a mais no primeiro trimestre deste ano, em relação ao primeiro trimestre de 2011. Há uma dissociação entre negócios do setor e a sua **produção**. O que explica isso são os **importa**dos. As próprias indústrias devem estar aumentando suas **importa**ções, avalia. A **importa**ção do setor, segundo a Abinee, cresceu 13% no primeiro bimestre de 2012, ante o mesmo período do ano passado.

O setor têxtil, que teve recuo de 3,4% na **produção** em março em relação ao mês anterior, amarga contração de 7,5% na **produção** no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano passado. O aumento de 51,4% nas **importa**ções de vestuário nos três primeiros meses, que por sua vez viu a **produção** encolher em 14,8% no período, também é a explicação do resultado negativo, na visão do presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) Aguinaldo Diniz Filho. Não estamos participando do crescimento do **mercado** doméstico e a **produção** reflete isso, afirma. Em abril, o resultado deverá vir negativo também para têxtil e confecção, segundo a entidade. As vendas não estão reagindo, diz.

A queda na **produção** do setor de máquinas e equipamentos em março foi de 0,8% frente a fevereiro. O resultado negativo já era esperado pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que começou 2012 com queda nos pedidos recebidos. Houve retração de 10% na carteira de pedidos [na comparação com o início de 2011]. O ambiente não é bom, diz Fernando Bueno, diretor de competitividade da Abimaq. Em abril, a entrada de novos pedidos caiu 12% em relação ao mesmo mês de 2011.

Bueno aponta alguns sinais de atividade fraca que ajudaram a construir um cenário desfavorável para o setor de máquinas e equipamentos no início deste ano. A **importa**ção caindo, a queda na **produção** de papel ondulado, a verba do **BNDES** com baixa utilização, tudo isso é sintoma de **produção** fraca, afirma Bueno. A recuperação não começou no segundo trimestre. Se acontecer, será a partir do segundo semestre, diz Bueno.

Além do aumento das **importa**ções, um fator conjuntural explica a queda de 0,6% na **produção** da metalurgia básica em março. As condições desfavoráveis no quarto trimestre do ano passado, como juros mais altos e real valorizado ainda impactam a **produção**, segundo Carlos Loureiro, presidente do Instituto nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Soma-se isso a uma dificuldade na competição com o **importa**do. O governo percebeu o quadro e tomou medidas que deverão surtir algum efeito, mas tudo na economia tem efeito defasado. O alcance para reverter o quadro só será sentido no segundo semestre, afirma.

A queda em março no setor da metalurgia básica já era esperada por Loureiro, que prevê encolhimento maior para abril. O faturamento das empresas no mês passado se contraíram entre 8% e 10%. As usinas de aço também venderam menos, e pelos mesmos fatores. A redução de impostos só entra em vigor no fim de junho. A desvalorização do real é recente e só vale para os contratos que ainda estão sendo negociados e só vão impactar mais à frente.

O único setor que não atribui a queda a fatores conjunturais é o calçadista. A contração de 0,7% na **produção** em março foi considerada sazonal pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados). A alta contínua das vendas no varejo nas últimas cinco temporadas não iria se sustentar neste início de ano, segundo o diretor Heitor Klein. Estávamos prevendo desaceleração a partir de 2012, com reflexos na indústria. Além disso, estamos em período de entressafra das coleções, explica. Mesmo assim, ele prevê encolhimento em abril no mesmo patamar registrado em março.

De acordo com a sondagem realizada pela Abinee para abril, o cenário é mais otimista do que o visto no primeiro trimestre. Rochel afirma que 90% das empresas indicaram crescimento em 2012. Acredito que o nosso faturamento cresça até 8% no segundo trimestre e, a partir do segundo semestre, o crescimento deve ser mais acelerado, afirma. A previsão da Abimaq é que o faturamento do setor cresça até 5% em 2012, apesar do fraco resultado apresentado até agora.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO

Coutinho pede para empresário investir na África

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Alessandra Saraiva | Do Rio

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, pediu ontem que o empresariado nacional se mobilize em prol de investimentos em projetos na África. Durante discurso de encerramento no seminário Investindo na África: Oportunidades, Desafios e Instrumentos para Cooperação Econômica, Coutinho afirmou que o continente africano é repleto de oportunidades para as companhias brasileiras. E não são investimentos sem retorno, disse.

Ele admitiu, porém, que os projetos no continente africano carecem de capital de giro para um **desenvolvimento** eficiente. Esse é o grande desafio, o déficit de funding, disse. Mas sinalizou que o **Brasil** poderia contribuir para resolver o problema. Vou conversar com o ministro Guido Mantega a respeito, afirmou. Coutinho lembrou que a região crescia a taxas de 6% antes da crise global em 2008 e que neste ano deve crescer 5,5%.

Coutinho anunciou que o **BNDES** aprovou financiamento de R$ 6,5 milhões para estudo técnico de avaliação de viabilidade de **produção** de biocombustíveis nos países membros da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa). Os trabalhos serão conduzidos pelo consórcio BAIN-MMSO, formado pela consultoria BAIN **Brasil** e o escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Os recursos serão provenientes do Fundo de Estruturação de Projetos do banco (**BNDES**-FEP). O financiamento permitirá levantamento de todo o território de Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger e Togo, bem como as condições ambientais, sociais, de **mercado**, de infraestrutura, de marco regulatório e de estrutura tributária nestes países.

VEÍCULO
VALOR ECONÔMICO

EDITORIA

TÍTULO
Desaceleração da indústria afeta receita de ICMS

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Contas públicas Arrecadação com serviços e importação cresceu mais

Marta Watanabe, Marcos de Moura e Souza, Sérgio Ruck Bueno e Vanessa Jurgenfeld | De São Paulo, Belo Horizonte, to Alegre e Florianópolis

A desaceleração da **produção** industrial afetou a arrecadação do Imposto sobre Circulação de **Mercado**rias e Serviços (**ICMS**) em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses Estados houve crescimento menor ou queda no recolhimento do **ICMS** pelas indústrias durante o primeiro trimestre. Puxada pelo setor de petróleo e de siderurgia, a indústria fluminense foi exceção.

Em Minas, a receita tributária total gerada pela indústria no período cresceu 3,2% em relação ao primeiro trimestre do ano passado sem descontar a inflação, um percentual bem abaixo da média da arrecadação total, que subiu 12,1% na mesma comparação. Em São Paulo, a arrecadação total de **ICMS** cresceu 1,2% em termos reais de janeiro a março, com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O setor industrial deu contribuição negativa nos primeiros três meses em São Paulo. Em março, a arrecadação da indústria paulista teve queda real de 5,7% em relação ao mesmo mês de 2011. Em abril, porém, a indústria do Estado apresentou pequena recuperação. Em Santa Catarina, o recolhimento da indústria cresceu 12,3% nominais, mas foi ajudado por um programa para recuperação de **ICMS** atrasado, chamado Revigorar III, que, segundo a fazenda catarinense recuperou R$ 30 milhões no primeiro trimestre.

Nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina a desaceleração industrial fez a arrecadação tributária ficar abaixo do esperado. A avaliação dos Estados, porém, é que ainda é cedo e há chances de cumprir a previsão de crescimento para o ano. Em Minas, a receita com tributos tem crescido dentro do esperado.

A arrecadação total de tributos de janeiro a março no Estado de São Paulo teve elevação real de 2,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. A Secretaria da Fazenda avalia que a receita tributária deve ter crescimento real de 3,5% em 2012. A queda de arrecadação do **ICMS** no setor industrial não tem afetado tanto a arrecadação do Estado porque tem sido compensada com o desempenho de preços administrados e do imposto recolhido na **importa**ção. A arrecadação de preços administrados, por exemplo, aumentou 15% em termos reais em março, em relação ao mesmo mês do ano passado.

A indústria tem sido afetada pelo câmbio e pela perda de competitividade, o que originou um resultado desfavorável no primeiro trimestre. Mas uma parte disso tem sido compensada pelo **comércio** atacadista e varejista. Esse segmento não foi tão afetado porque trabalha com as **importa**ções e o consumo se dá em São Paulo, diz André Luís Grotti Clemente, assessor de política tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo.

A expectativa da Fazenda, lembra Clemente, é de que haja recuperação nos próximos meses, principalmente a partir do segundo semestre, como resultado da desvalorização maior do real em relação ao **dólar** iniciada no último mês e da redução da taxa de juros.

Em abril a arrecadação paulista de **ICMS** foi 10,3% superior ao registrado em igual mês do ano passado, em termos nominais. A alta do imposto sobre **importa**dos, de 21,2%% em relação a abril de 2011, explica em grande parte o resultado, mas o salto de 14,8% no imposto pago pela indústria também contribuiu para o bom desempenho, que foi 2,8% superior ao projetado pelo Estado para o mês.

O crescimento no período, segundo avaliação do Secretário de Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, foi verificado principalmente por causa da recomposição de estoques após o forte ajuste entre fevereiro e março, com aumento da utilização da capacidade instalada. No entanto, a fraca base de comparação também ajudou. Em abril do ano passado, a arrecadação de **ICMS** da indústria havia subido apenas 2,5% em termos nominais, na comparação com igual mês de 2010.

No quadrimestre a arrecadação de **ICMS** aumentou 7,7%. Apesar do número mais forte do que o observado no acumulado até março (6,8%), a variação ainda está 0,9% abaixo do projetado pela Fazenda.

Em Minas, mesmo com o desempenho mais fraco da indústria, a arrecadação do primeiro trimestre ficou dentro do projetado para o período. O recolhimento do **comércio** mineiro cresceu a um ritmo quatro vezes maior do que a da indústria do Estado. Enquanto a arrecadação do setor manufatureiro registrou um aumento de 3,2% nominais, a do **comércio** subiu 13,1%.

Esses resultados refletem a desaceleração do ritmo da atividade industrial, diz o secretário-adjunto da Fazenda de Minas Gerais, Pedro Meneguetti. No acumulado de janeiro e fevereiro, a **produção** industrial no Estado recuou 1,8% ante o mesmo período do ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Enquanto isso, as **importa**ções em Minas cresceram 7,6% nos três primeiros meses do ano. É uma sinalização dedesindustrialização, com os **importa**dos ocupando mais espaços no nosso **mercado**, diz Meneguetti.

Segundo o secretário-adjunto, neste início de ano o Estado não contou com nenhuma receita extraordinária. A situação muda a partir deste mês. É quando começa a ser cobrada uma nova tarifa sobre a atividade de mineração. Sancionada pelo governador do fim do ano passado, a tarifa deve gerar uma caixa extra estimado em R$ 300 milhões. A receita não tinha sido incluída no orçamento deste ano porque o governo não descartava a hipótese de que as empresas conseguissem barrar a cobrança na Justiça.

No Rio Grande do Sul, a arrecadação no primeiro trimestre ficou abaixo do esperado, segundo o secretário da Fazenda, Odir Tonollier. A receita tributária do Estado de janeiro a março ficou em R$ 7,5 bilhões, ou 2,9% a menos do que havia sido previsto no orçamento de 2012 para o período. Em comparação com os três primeiros meses de 2011, houve crescimento nominal de 9,9%.

A situação deixou o governo gaúcho em alerta, mas Tonollier entende que é muito cedo para uma avaliação precisa dos riscos. Segundo ele, o plano de investimentos de R$ 2 bilhões para 2012 não está ameaçado porque será garantido com operações de crédito já aprovadas ou em negociações avançadas. No custeio, a postura é de maior cautela, mas o secretário disse que até agora não há necessidade de contingenciamento de recursos.

A arrecadação bruta de **ICMS** no Estado cresceu 10,4% em relação a igual período de 2011, abaixo da meta de 15,4%. A desaceleração foi influenciada pelo desempenho abaixo da média de setores como telecomunicações, varejo e indústrias de bebidas, petroquímicas e de calçados.

Em Santa Catarina, a arrecadação total no primeiro trimestre apresentou alta nominal de 9,43% em relação ao mesmo período do ano passado, para R$ 4 bilhões. Apesar da alta, o recolhimento ficou abaixo da meta, que estabelecia elevação de 13%.

De acordo com o secretário da Fazenda em exercício, Almir Gorges, há um ritmo de crescimento menor na arrecadação tanto do **comércio** quanto da indústria em relação ao início de 2011. Neste primeiro trimestre, o **comércio** aumentou somente 8%, enquanto no ano anterior sua taxa de incremento chegava a 10%. Já a indústria cresceu 12,34%. No mesmo período do ano passado, sua taxa de crescimento havia sido de 20%.

O crescimento em si da arrecadação não foi ruim, mas houve desaceleração nos primeiros meses e isso causou apreensão, disse Gorges. No entanto, em março já houve sinais de melhora e Gorges estima que o Estado poderá ter um crescimento nominal de 10% no ano. O problema maior poderá ser no ano que vem, quando haverá impactos da aprovação da Resolução 72, diz Gorges, referindo-se à unificação do **ICMS** interestadual de **importa**dos em 4%, medida que passa a valer em janeiro de 2013. Santa Catarina estima que deve perder R$ 1 bilhão da receita por conta disso. (Colaborou Tainara Machado, de São Paulo)

Murillo Camarotto, Vanessa Jurgenfeld e Marcos de Moura e Silva | Do Recife, de Florianópolis e de Belo Horizonte

A política do **Governo Federal** de estímulo ao consumo por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) já começou a ter efeitos na arrecadação de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco. O IPI integra a cesta de tributos dividida pela União com Estados e municípios.

De acordo com o secretário da Fazenda em exercício de Santa Catarina, Almir Gorges, a transferência de IPI no primeiro trimestre caiu 22,18% em relação ao mesmo período do ano passado. Para as receitas gaúchas, o repasse do Fundo de Participação do Estado (FPE) também trouxe frustração no acumulado do trimestre. O montante ficou em R$ 388 milhões, com alta de 8,5% sobre os três primeiros meses de 2011, quase um ponto percentual abaixo do orçado.

De forma semelhante, Minas sentiu os reflexos da redução do IPI concedida pelo **Governo Federal**. A União dá o benefício e os Estados e municípios pagam a conta, queixa-se o secretário-adjunto da Fazenda de Minas Gerais, Pedro Meneguetti. Ele não soube dizer, porém, qual foi o impacto da medida para o Estado.

No Nordeste, o governo de Pernambuco começou a sentir em novembro do ano passado os primeiros efeitos de um arrefecimento no avanço da arrecadação, causado principalmente pelo ritmo mais brando dos repasses federais. De acordo com o secretário estadual de Fazenda, Paulo Câmara, a expectativa para este ano é de um crescimento de 14% na arrecadação com o Fundo de Participação dos Estados (FPE), diante de 23% registrados em 2011.

A redução do IPI para os eletrodomésticos é apontada como a principal responsável pela desaceleração do crescimento dos repasses. No primeiro trimestre deste ano, Pernambuco embolsou R$ 1,13 bilhão com o FPE, alta de 8,5% em relação ao mesmo período de 2011. Após dois anos muito bons, estamos entrando um patamar mais realista, diz o secretário.

Entre janeiro e março, o Estado arrecadou R$ 2,5 bilhões com o **ICMS**, alta de 7,5% em relação ao mesmo período de 2011. O desempenho está abaixo da meta de 10,5% estipulada pelo governo para 2012. Câmara explica que um refinanciamento realizado em fevereiro de 2011, que gerou uma receita extra de R$ 100 milhões, acabou distorcendo a comparação trimestral.

VEÍCULO
O GLOBO

EDITORIA

TÍTULO
Indústria recua, e analistas já reveem PIB

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Produção industrial tem queda de 0,5% em março, devido a concorrência de importados, câmbio e consumo menor

Fabiana Ribeiro fabianar@oglobo.com.brA **produção** industrial brasileira voltou a encolher. Após subir 1,3% em fevereiro, a atividade recuou 0,5% em março em relação ao mês anterior. As razões do novo tombo se repetem: forte concorrência de **importa**dos, câmbio desfavorável para o setor, demanda externa fraca e consumo interno mais tímido. No ano, o desempenho ficou 3,0% menor e, em 12 meses, o recuo foi de 1,1%. Um comportamento que leva analistas - mais uma vez surpreendidos por um indicador da economia - a já revisar projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre.

- Há uma permanência de um quadro de retração que já vinha sendo observado - comentou André Macedo, economista do IBGE.

A queda na **produção** não está em apenas um ou dois setores: aparece em 18 dos 27 ramos pesquisados pelos IBGE. As maiores perdas estão em ramos como edição e impressão (-7,1%), refino de petróleo e **produção** de álcool (-3,6%) e outros produtos químicos (-2,3%).

Com um câmbio que ainda favorece as **importa**ções, a indústria vem sentindo - e muito - a concorrência de produtos vindos de outros países, especialmente da China. Ao perder **mercado**, muitos setores ficaram com seus estoques elevados, disse Macedo. E a **produção** mais fraca levou a indústria a trabalhar num patamar 4% abaixo do que se observou em março de 2011 - momento em que a **produção** atinge seu ápice.

- Em fevereiro, esse patamar estava 3,4% abaixo do que se via em março. Ou seja: houve uma piora. Juros menores e medidas macroeconômicas ainda não tiveram força para frear as taxas negativas. E, em qualquer corte, há uma predominância dessas taxas negativas - completou Macedo, citando ainda que a **produção** permanece em uma trajetória descendente iniciada em outubro de 2010.

Desempenho derruba previsões de alta do PIB

Macedo se refere ainda à taxa de março de 2012 comparada à de março de 2011, de -2,1% - sétima queda consecutiva nesse modelo de comparação. Das 27 atividades pesquisadas pelo IBGE, 16 produziram menos. Caso do setor de veículos automotores, que apresentou queda de 7,5% na **produção** e, assim, exerceu a maior influência negativa na formação da média da indústria. Também tiveram taxas negativas fábricas de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-18,4%), metalurgia básica (-6,5%) e produtos de metal (-9,8%).

Ao voltar a decepcionar em março, a indústria começa a mexer com as projeções para o **PIB**. Thovan Tucakov, economista da LCA Consultores, revisou a sua estimativa do **PIB** de 0,6% para 0,5% no primeiro trimestre em relação ao quarto trimestre. Mas ainda deixou intacta a expectativa do **PIB** fechado para 2012 (3,0%). A Gradual Investimentos também se prepara para rever suas projeções da economia nos três primeiros meses do ano.

- A **produção** veio muito ruim e bem abaixo da mediana do **mercado**. Qualquer movimento de recuperação ficou mesmo para o segundo semestre, que pode vir a compensar algumas perdas do primeiro semestre. E o governo também trabalha com isso - afirmou André Perfeito, economista da Gradual Investimentos.

Segundo Tucakov, a demanda interna deve continuar a ser o motor do **PIB**. Mas de um **PIB** mais fraco. Ele lembra que a **produção** industrial também aponta para uma retração do **mercado** interno. Em sua avaliação, as famílias estão muito endividadas e o ciclo de compras de bens duráveis (geladeira, carro etc) já passou. Ele cita os licenciamentos de automóveis e comerciais leves apurados pela Fenabrave que registraram queda de 3,5% até abril, frente ao quadrimestre final de 2011. Retração que, para ele, deve manter elevados os estoques das concessionárias e montadoras.

- A **produção** industrial deve crescer 2% nesse ano, abaixo da média dos últimos cinco anos, excluindo 2009, de 4,5%. Além da demanda interna mais baixa, a demanda externa segue fraca, sem perspectiva de melhora substancial nos próximos meses - disse Tucakov, frisando que o esfriamento da economia chinesa (maior comprador de

manufaturados brasileiros), a recuperação inconsistente dos EUA e as crises na Argentina e na Europa devem limitar o ritmo de recuperação da indústria brasileira.

O setor industrial, apesar dos esforços do governo, já vinha dando sinais de que ainda patina. O Índice de Gerentes de Compras de **Produção** Industrial (PMI, na sigla em inglês) do instituto Markit divulgado na semana passada recuou para 49,3 em abril, ante 51,1 em março. Recentemente, o governo lançou pacote de estímulo à indústria que englobou desde a desoneração da folha de pagamentos de alguns setores até novos aportes oficiais ao **BNDES**, de R$ 45 bilhões. O objetivo é garantir um crescimento da economia brasileira na casa de 4% neste ano.

VEÍCULO
GAZETA DO POVO

EDITORIA

TÍTULO

Indústria tem pior trimestre desde 2009

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Setor encolheu 3% de janeiro a março. As montadoras de veículos com queda de 20,4% e outros 13 segmentos produziram menos no início do ano

A produção industrial brasileira caiu 0,5% em março frente a fevereiro, evidenciando dificuldades para que a indústria se recupere, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com março de 2011, a produção diminuiu 2,1%, sétimo resultado negativo seguido.

Ainda segundo o IBGE, o primeiro trimestre de 2012 fechou com recuo de 3% quando comparado com um ano antes. O pior desempenho foi o da indústria automotiva, que encolheu mais de 20%. De 26 segmentos, 14 produziram menos neste início de ano, e a queda de 3% foi o pior resultado para um trimestre desde o período julho-setembro de 2009, quando a indústria foi fortemente afetada pela crise mundial.

O resultado mostra claramente um menor dinamismo da indústria brasileira, ou seja, um redução mesmo da **produção**. Ainda que haja uma redução nos juros, há outros fatores que contribuem para esse dinamismo menor da indústria , disse o economista do IBGE André Macedo.

De acordo com IBGE, alguns fatores conjunturais continuam prejudicando a indústria, entre eles o **dólar** baixo, a entrada de **importa**dos e o desempenho fraco da economia.

De acordo com o IBGE, a **produção** baixou 18 dos 27 setores pesquisados na comparação mensal em março, com destaque para os de edição e impressão (-7,1%) e combustíveis (3,6%). Na ponta oposta, o IBGE destacou o avanço no segmento de veículos automotores (+11,5%) mas, no trimestre, as montadoras ainda acumulam queda de 20,4%.

Depois de dois meses de redução na **produção**, em março a **produção** de veículos voltou a crescer. Mas como os estoques estão elevados, nada impede que haja novas quedas nos próximos meses , disse Macedo.

Patinando

Apesar dos esforços do governo, o setor industrial já vinha dando sinais de que ainda patina. Por exemplo, o Índice de Gerentes de Compras de **Produção** Industrial (PMI, na sigla em inglês) do instituto Markit divulgado na quarta-feira recuou para 49,3 em abril, ante 51,1 em março. Ao ficar abaixo da marca de 50 pontos, que separa contração da expansão, depois de três meses seguidos acima desse nível, o índice aponta para a primeira deterioração nas condições operacionais do setor industrial em 2012 , segundo o instituto.

Recentemente, o governo lançou um pacote de estímulo à indústria que englobou desde a desoneração da folha de pagamentos de alguns setores até novos aportes oficiais ao Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**), de R$ 45 bilhões. O objetivo é garantir um crescimento da economia brasileira na casa de 4% neste ano, tido como improvável pela maioria dos economistas.

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

O peso de uma herança

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Roberto Freire, Presidente do PPS

Em quase todo primeiro mandato do ex-presidente Lula, muito antes do inesquecível bordão "nunca antes na história deste país", um mantra marcou sua administração: o da "herança maldita" deixada pelo presidente anterior. Foi em torno dessa pretensa "herança maldita" que seu governo manteve a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso, preservou os pilares macroeconômicos do país, e ainda levou Henrique Meirelles, do PSDB de Goiás, à presidência do Banco Central.

Quando no segundo semestre de 2008, a partir dos Estados Unidos, sobreveio a crise financeira que paulatinamente tomou de assalto as economias de todo mundo, no Brasil, a primeira reação do então presidente **Lula** foi a de afirmar que ela não passava de uma "marolinha", e adotou, como resposta, uma política de incremento de consumo, via aumento de crédito. Essa política deu certo, sustentada pelos sucessivos superávits da venda de commodities, sobretudo para a China.

Com o agravamento da crise, sobretudo na Zona do Euro, vivemos hoje as consequências daquela sandice consumista, sem o contraponto das necessárias reformas que possibilitariam, sobretudo, à indústria armar-se para o acirramento da concorrência internacional.

Ao assumir o governo, a presidente Dilma encontrou todos os indicadores macroeconômicos apontando para o agravamento da crise, cada vez mais internalizada, com sinais inequívocos de "desindustrialização", com perda da capacidade de investimento, inovação e competitividade, de um lado, e do outro, o crescente endividamento das famílias, para além de sua capacidade de financiamento, com perda da capacidade de consumo.

Some-se a isso, um "arranjo político" levado a cabo por Lula, entregando os **Ministério**s à administração direta dos partidos da base aliada que conseguiu construir, pós-Mensalão, com inequívoca perda de eficiência gerencial e um alarmante incremento da corrupção dentro da própria estrutura do Estado, atingindo todas as áreas do governo. Um exemplo disso são as obras do PAC, da Copa, Olimpíadas, e a administração das estatais, como a Petrobras, que se tornou presa de interesses inconfessáveis, perdendo capacidade de concorrência por ter que carregar uma proposta de política industrial insana, de nacionalização a qualquer preço de seus insumos, com o crescimento de seus custos na aquisição de produtos muito longe de oferecerem a requerida qualidade.

As mudanças recentes nos **Ministério**s e em algumas estatais, notadamente na Petrobras, são sinais claros de uma operação de desmonte daquele "arranjo político" que **Lula** deixou, e de uma busca por eficiência administrativa e gerencial, no momento em que os indicadores econômicos apontam para uma diminuição significativa do **PIB** e crescente dificuldades de alavancar os investimentos. Essa atual cruzada contra os exorbitantes ganhos dos bancos, como matéria de propaganda pode ser muito interessante, mas as causas de nossa relativa dificuldade na área econômica estão muito longe de ser uma simples questão de juro, como nos que fazer crer a presidente. A verdadeira causa é o pesado fardo de uma herança que carregamos até agora, graças as artes de um esperto e demagogo propagandista.

Mudanças nos **Ministério**s e estatais são sinais claros de uma operação de desmonte do "arranjo político" deixado por Lula

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

Custo social da desindustrialização

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Alfredo Bonduki - Presidente do Sinditêxtil-SP e engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP)

Os dados do **mercado** de trabalho na indústria têxtil e de confecção paulista, relativos a março, divulgados pela Fiesp, corroboram informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), anunciadas pelo **Ministério** do Trabalho: no país, foram criados 442,6 mil empregos com carteira assinada nos três primeiros meses de 2012. Isso, contudo, representa queda de 24,1% ante o mesmo período de 2011.

A tendência de recuo do emprego está expressa no nosso setor. No segmento de confecção de artigos de vestuário do estado de São Paulo, verificou- se crescimento de 0,8% em março, na comparação com fevereiro. Isso significou a criação de 1,3 mil postos de trabalho. Contudo, no âmbito dos produtos têxteis, houve recuo de 0,8%, representando a demissão de 871 trabalhadores. No trimestre, o nível de emprego cresceu apenas 0,3%, nos confeccionados, e caiu 1,3%, nos têxteis. No acumulado dos últimos 12 meses, a situação é mais preocupante, registrando-se queda de 5,1% na confecção e 7,6% no segmento têxtil. É **importa**nte lembrar que São Paulo representou, em 2011, um terço da **produção** nacional e 40% de todos os investimentos do setor no Brasil. E se alguém duvida de que há uma desindustrialização em curso, é prudente considerar que os números contrastam com a geração, em 2011, de 68 mil novos postos de trabalho em nossa atividade, segunda principal geradora de empregos na indústria de transformação.

Os números evidenciam a crescente perda de competitividade de nossa cadeia produtiva e de toda a manufatura. E isso influencia negativamente a realidade mostrada pelas estatísticas do Caged. As principais causas desse problema que ameaça a indústria e a economia nacional são o câmbio sobrevalorizado e os conhecidos vilões do "Custo Brasil", sobretudo os juros e impostos exagerados. Assim, são oportunas, embora insuficientes, as medidas de desoneração tributária e trabalhista anunciadas pelo governo. Do mesmo modo, será bem-vinda a aprovação no Congresso Nacional e a sanção presidencial da emenda que reduz para 4% a alíquota do **ICMS** nas operações interestaduais de produtos **importa**dos. Isso deverá pôr fim à nefasta "Guerra dos Portos".

No interior paulista, os segmentos têxtil e de confecção tiveram comportamentos regionais distintos, ora contribuindo para o melhor resultado, ora para a redução dos postos de trabalho. O nível de emprego no segmento da confecção cresceu 4,7% na região de Jaú, contribuindo para o resultado positivo da indústria de transformação, que foi de 3,7%. Na região de Matão, os confeccionados tiveram queda de 0,69%, pressionando o índice global da manufatura, que caiu 3,82%. Na região de Botucatu, os produtos têxteis tiveram queda vertiginosa no nível de emprego: 43,79%. Assim, foram uns dos principais responsáveis pela redução de 2,48% no total **regional** do setor. A paulatina redução dos postos de trabalho na indústria têxtil e de confecção é uma preocupante síntese do que vem ocorrendo com a manufatura brasileira. O custo social da perda de competitividade é cada vez mais elevado. Precisamos mudar essa história.

A redução dos postos de trabalho na indústria têxtil e de confecção é uma preocupante síntese do que vem ocorrendo com a manufatura brasileira